

Projetadas para vencer o desnível de 72 metros no leito do rio Tocantins provocado pela barragem da hidrelétrica de Tucuruí, as eclusas foram confiadas à Camargo Corrêa, que detém desde 1981 o contrato de construção da usina. No fim de 2001, o TCU verificou pagamentos indevidos no valor de R\$ 7 milhões à empreiteira.

Em 2002, num convênio com a prefeitura de Tucuruí, no valor de R\$ 17 milhões, a Camargo Corrêa conquistou um contrato para obras na orla do rio, custeadas pelo orçamento das eclusas. Depois da licitação, admitiu-se o uso de materiais R\$ 3,3 milhões mais baratos, sem reduzir o valor total do contrato.

A empreiteira ARG cobrou R\$ 2,14 milhões para cortar eucaliptos no terreno de 726.300 metros quadrados, à razão de R\$ 2,96 por metro quadrado desmatado. O preço do serviço correspondeu a 10% do valor global do aeroporto, contratado por R\$ 20,5 milhões. Os auditores fizeram as contas e concluíram que, se a fatura estivesse correta, o plantio de eucalipto estaria extinto na região, por ser absolutamente antieconômico.

Um fazendeiro que resolvesse vender um hectare de eucalipto plantado em sua propriedade gastaria R\$ 29,6 mil para cortar as árvores, mas só conseguiria vender a madeira no mercado por R\$ 1,7 mil, amargando um prejuízo de R\$ 28 mil. Se o mesmo produtor decidisse remover as árvores para implantar um hectare de uma lavoura qualquer, deveria pensar melhor e comprar outro terreno.

O custo do corte das árvores seria suficiente, na região, para adquirir 12 hectares. Para agravar o quadro, os auditores descobriram que sequer havia corte de árvores a fazer na área do futuro aeroporto. O terreno havia sido desapropriado e a madeira doada pela Prefeitura aos antigos proprietários, que se encarregaram de derrubar os eucaliptos e vendê-los na praça.

## CUSTO INCERTO

Sem recursos no projeto de Orçamento da União para 2004, o Metrô do Distrito Federal foi considerado um empreendimento “sui generis” pela auditoria realizada pelo TCU em março deste ano. Segundo os auditores, com base nas informações de técnicos do próprio Metrô-DF e dos documentos da obra, é impossível saber quanto vai custar o metrô no dia em que a última estação for aberta à comunidade. O relatório dos auditores recomenda a paralisação da obra até que as irregularidades apontadas sejam corrigidas. A imprecisão do projeto básico persegue o trem metropolitano do DF desde o início da construção em 1992. A preços de 1994, atualizados monetariamente até março deste ano, os gastos saltaram de uma previsão de R\$ 750 milhões para R\$ 1,338 bilhão, custeados pela União, pelo governo do Distrito Federal e pelo setor privado. Segundo o relatório de auditoria, os técnicos da Metrô-DF informaram que existem apenas estimativas das quantidades de serviço a serem executadas, com base na semelhança com obras já realizadas com as mesmas características. Sobre esse valor estimado, costuma-se aplicar um acréscimo de 10% a 20%, a título de margem de segurança. Isso porque, na hora de executar, há grande risco de os custos aumentarem. Isso inclui estações, túneis e viadutos. No caso do trecho Praça do Relógio-Terminal Ceilândia, não existe sequer estimativa de custo, uma vez que os projetos de engenharia das estações estão sendo revisados, não havendo, portanto, nenhuma correspondência com os planos originais. “Constatou-se a existência de custos unitários sem especificação de mão-de-obra, material, máquinas e equipamentos utilizados de cada serviço”, diz o relatório. Os auditores observaram também que o Metrô-DF continua adotando taxa de 50% para o BDI — índice que embute o lucro da empreiteira —, superior ao máximo admitido pelo Tribunal de Contas, que é de 41,21%. A assessoria de imprensa do Metrô-DF confirmou que não houve liberação de recursos orçamentários federais em 2002 e 2003. E informou que a bancada parlamentar de Brasília tem trabalhado em conjunto para a continuação da obra. (BF)

## TCU investiga socorro a elétricas

Folha de S. Paulo - 19/9/2003

Da Sucursal de Brasília

O TCU vai investigar a ajuda do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a 24 distribuidoras de energia. O tribunal vai avaliar a regularidade da operação, se há garantias suficientes ao banco e eventuais conseqüências sobre o seu balanço. Na terça-feira, o governo anunciou uma linha de crédito de estimados R\$ 3 bilhões do BNDES. Como garantia, o banco estatal vai exigir das distribuidoras os seus recebíveis — ou seja, o dinheiro arrecadado com o pagamento das contas de luz. Em caso de inadimplência, o dinheiro das contas vai para o banco estatal. O governo já tinha decidido liberar R\$ 1,9 bilhão de recursos do Tesouro Nacional, a serem emprestados pelo BNDES, para compensar as distribuidoras por não terem repassado integralmente aos consumidores a variação do custo da energia comprada de Itaipu, cotada em dólar. O pacote tem o objetivo de livrar as distribuidoras da pressão do endividamento de curto prazo, que soma de R\$ 8 bilhões a R\$ 9 bilhões. As empresas que obtiverem os recursos terão dez anos para pagar, sendo quatro de carência. Os juros serão equivalentes à variação da TJLP (taxa de juros de longo prazo, hoje fixada em 12% ao ano), mais 4% anuais. Para receber o dinheiro, as distribuidoras terão que renegociar 30% de sua dívida de curto prazo com bancos, entre outros pontos.